

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 008/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

I – RELATÓRIO

No dia 05 de janeiro de 2025, às 09h00, foi dado início à sessão pública do Pregão Eletrônico nº 003/2025, ao Processo Administrativo nº 008/2025, promovido pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI, conforme data e horário previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

Na oportunidade, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelos licitantes devidamente credenciados no sistema eletrônico.

Durante a análise das propostas, constatou-se que, dentre os itens constantes do certame, apenas o Item 12 apresentou mais de uma proposta, totalizando duas propostas, sendo uma delas apresentada pela empresa B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA.

Todavia, observou-se que a proposta apresentada pela referida empresa não atendeu às disposições expressas no item 1.2 do Edital, o qual estabelece que:

“1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 18 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.”

Dessa forma, restou constatado que a empresa não apresentou proposta contemplando a totalidade dos itens que integram o grupo único, em desconformidade com o regramento editalício, motivo pelo qual sua proposta foi desclassificada, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Em razão da desclassificação, a empresa B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA manifestou intenção de recurso, a qual foi devidamente reconhecida pela Administração, sendo concedido o prazo legal para apresentação das razões recursais, nos termos do art. 165, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Posteriormente, a empresa apresentou impugnação, por meio de correio eletrônico, na qual alegou, em síntese, que sua desclassificação teria ocorrido em razão da exigência de apresentação de proposta para todos os itens integrantes de grupo único, conforme previsto no Edital.

Sustentou, ainda, que o certame foi cadastrado no Portal de Compras Públicas com itens individualizados, totalizando 12 itens, e não como grupo ou lote único, entendendo haver inconsistência entre o cadastramento do processo no sistema eletrônico e as disposições do instrumento convocatório.

A impugnante alegou que eventual divergência decorreria de equívoco imputável à Administração, não podendo os licitantes serem prejudicados por tal circunstância, razão pela qual requereu a revisão do procedimento e, alternativamente, o cancelamento do certame.

Por fim, registrou que o encaminhamento da impugnação ocorreu por meio de correio eletrônico, em razão da indisponibilidade do chat do sistema eletrônico no momento do envio.

II – DOS FUNDAMENTOS

A apreciação da impugnação apresentada pela empresa B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA deve ser realizada à luz das disposições expressas e vinculantes constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2025 e de seu Termo de Referência, documentos que constituem a lei interna do certame e vinculam indistintamente a Administração e os licitantes, nos termos do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

II.1 – Da obrigatoriedade de apresentação de proposta em grupo único

A empresa impugnante alega, em síntese, que sua desclassificação decorreria de inconsistência no cadastramento do certame no Portal de Compras Públicas, uma vez que o processo teria sido disponibilizado no sistema eletrônico com itens individualizados, e não como grupo ou lote único, conforme previsto no Edital. Sustenta, ainda, que tal circunstância configuraria equívoco imputável à Administração, não podendo os licitantes serem prejudicados.

Entretanto, tal alegação não encontra respaldo no instrumento convocatório, uma vez que, com efeito, o item 1.2 do Edital é cristalino e inequívoco ao estabelecer que:

“A licitação será realizada em grupo único [...] devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.”

Dessa forma, independentemente da forma de visualização dos itens no sistema eletrônico, o Edital, documento que rege o certame e ao qual todos os licitantes aderem ao apresentar proposta, impõe a obrigação objetiva de apresentação de proposta para a totalidade dos itens que compõem o grupo único.

Ressalte-se que o cadastramento operacional do certame no sistema não tem o condão de afastar, modificar ou relativizar as regras expressamente previstas no Edital, sendo dever do licitante promover a leitura integral do instrumento convocatório e formular sua proposta em estrita conformidade com suas disposições.

Assim, ao apresentar proposta restrita a item isolado, a empresa impugnante não observou condição essencial de participação, razão pela qual a desclassificação decorreu de aplicação direta e vinculada do item 1.2 do Edital.

II.2 – Da vedação à cotação parcial e da forma obrigatória de composição da proposta

A impugnante sustenta que a individualização dos itens no sistema eletrônico teria induzido os licitantes a compreender que seria admitida a cotação isolada, o que afastaria a exigência de apresentação de proposta global.

Todavia, tal interpretação não se sustenta diante da leitura sistemática do Edital, haja vista que o item 4.0.3 do Edital estabelece expressamente que:

“A quantidade estimada de cada item está definida no Termo de Referência, devendo o licitante cotar integralmente o item, sendo vedada cotação parcial.”

Esse dispositivo, quando interpretado em conjunto com o item 1.2, evidencia que o edital veda a cotação parcial tanto em relação ao conteúdo de cada item quanto em relação ao conjunto do objeto, estruturado como grupo único.

Além disso, o item 4.0.1 do Edital estabelece que:

“O licitante deverá informar, para cada item, o valor unitário conforme sua unidade de medida (...) e o valor total correspondente ao quantitativo estimado constante no Termo de Referência.”

No que se refere especificamente ao Item 12 – Locação de equipamentos, Totem de autoatendimento com monitor touchscreen, o item 4.0.2 do Edital define de forma objetiva a forma correta de preenchimento da proposta, exigindo a indicação simultânea do valor unitário mensal e do valor total correspondente ao quantitativo estimado, conforme parâmetros definidos no Termo de Referência.

Assim, ainda que o sistema eletrônico permita o lançamento de proposta por item, o Edital não autoriza a apresentação de proposta dissociada do modelo de contratação estabelecido, cabendo ao licitante adequar sua proposta às regras do certame, e não o contrário.

II.3 – Do descumprimento das condições de participação

Por fim, a empresa impugnante alega que não poderia ser penalizada por suposto erro da Administração.

Todavia, o item 3.7, subitem 1.0.1, do Edital dispõe que:

“Não poderão disputar esta licitação aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).”

Diante do descumprimento objetivo das exigências editalícias, notadamente da obrigatoriedade de apresentação de proposta em grupo único, a proposta apresentada pela empresa não atende às condições mínimas de participação, impondo-se, de forma vinculada, a sua desclassificação.

A Administração, nesse contexto, não dispõe de discricionariedade para afastar exigências claras do Edital, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da legalidade, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório.

II.4 - Da caracterização da solução como integrada, indivisível e estruturada ao longo de todo o seu ciclo de vida, conforme o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência

Diante da análise integrada do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR), os mesmos descrevem de forma clara e detalhada o ciclo de vida da solução contratada, evidenciando tratar-se de uma solução tecnológica única, integrada e estruturalmente indivisível.

O Estudo Técnico Preliminar fundamenta expressamente a escolha da Administração pela contratação de solução tecnológica integrada, destacando que o objeto visa promover uma gestão pública digital moderna, segura, eficiente e interoperável entre os municípios consorciados ao CIMMVI. A solução proposta contempla uma arquitetura modular e escalável, acessível via web e aplicativos móveis, cuja customização ocorre sem prejuízo da padronização da base tecnológica, do suporte unificado e da segurança dos dados.

Embora composta por diferentes módulos funcionais, tais como gestão de saúde, mobilidade urbana, atendimento ao cidadão, controle de processos administrativos e autoatendimento, o próprio ETP esclarece que tais módulos são tecnicamente interdependentes, estruturados sobre uma arquitetura tecnológica comum, baseada em computação em nuvem, interoperabilidade por meio de APIs, bancos de dados integrados, painéis administrativos unificados e mecanismos centralizados de autenticação, controle de acessos e auditoria.

O ETP é ainda explícito ao justificar que a contratação sob o modelo de solução única, sem fracionamento por módulos, decorre de razões técnicas, operacionais e econômicas, uma vez que o parcelamento do objeto:

- a) comprometeria a interoperabilidade entre os sistemas;
- b) dificultaria a governança da solução;
- c) ampliaria a complexidade da gestão e da fiscalização contratual; e
- d) potencializaria riscos operacionais e jurídicos decorrentes da atuação de múltiplos fornecedores.

Nessa linha, o Estudo Técnico Preliminar conclui que a solução é estruturalmente indivisível, sendo indispensável a contratação conjunta dos serviços em lote único, sob pena de perda de sinergia funcional, elevação de custos indiretos e comprometimento da eficiência administrativa.

O Termo de Referência, por sua vez, disciplina expressamente o regime de execução contratual e dispõe de forma clara no item 10.2, os seguintes termos:

“10.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.”

A definição do regime de execução como empreitada por preço global evidencia que a Administração optou por um modelo de contratação global, unitário e indivisível, no qual o contratado assume a obrigação de executar o objeto em sua integralidade, mediante preço certo e previamente definido, abrangendo todos os componentes da solução tecnológica contratada.

No regime de empreitada por preço global, a proposta do licitante deve necessariamente contemplar a totalidade do objeto, em estrita conformidade com a estrutura definida no Edital e no Termo de Referência, sendo incompatível com esse regime a apresentação de propostas parciais, restritas a itens isolados ou dissociadas do conjunto contratado.

Dessa forma, o regime de execução expressamente previsto no item 10.2 do Termo de Referência reforça e fundamenta juridicamente a exigência constante do item 1.2 do Edital, que determinou a realização da licitação em grupo único, afastando qualquer interpretação no sentido de que a individualização operacional dos itens no sistema eletrônico autorizaria a fragmentação do objeto ou a apresentação de propostas dissociadas do modelo de contratação definido pela Administração.

Assim, eventual individualização operacional dos itens no sistema eletrônico não altera a natureza integrada do objeto, nem tem o condão de afastar as regras editalícias e técnicas que regem o certame, sendo dever do licitante observar o modelo de contratação definido pela Administração, sob pena de desclassificação por descumprimento objetivo das condições estabelecidas.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, verificou-se que:

- a) o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2025, em seu item 1.2, estabeleceu de forma clara, expressa e inequívoca que a licitação seria realizada em grupo único, formado por 18 itens, impondo ao licitante a obrigatoriedade de apresentação de proposta contemplando a totalidade dos itens que compõem o objeto;
- b) o Termo de Referência, parte integrante e indissociável do Edital, estruturou o objeto da contratação de maneira integrada, contínua e indivisível, vedando a cotação parcial e exigindo a observância rigorosa da forma de composição da proposta, inclusive quanto ao regime de execução e à prestação continuada dos serviços;
- c) o Estudo Técnico Preliminar, em leitura conjunta com o Termo de Referência, descreveu de forma detalhada o ciclo de vida da solução, demonstrando tratar-se de uma solução tecnológica única, integrada e interdependente, cuja contratação fragmentada comprometeria a interoperabilidade, a governança, a eficiência administrativa e a economicidade, justificando tecnicamente a adoção do modelo de contratação em lote único;
- d) a empresa B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA apresentou proposta restrita a item isolado, em desconformidade com o modelo de contratação definido pela Administração e com as exigências expressas do Edital e de seus anexos, o que caracteriza descumprimento objetivo das condições de participação;
- e) as alegações de suposta inconsistência no cadastramento do certame no sistema eletrônico não possuem o condão de afastar a força normativa do Edital, que constitui a lei interna da licitação e vincula indistintamente a Administração e os licitantes, sendo dever destes promover a leitura integral do instrumento convocatório e formular suas propostas em estrita conformidade com suas disposições;
- f) a Administração Pública, no exercício de sua atuação vinculada, não dispõe de discricionariedade para relevar exigências editalícias claras, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, da isonomia, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório.

Com isso, não se verifica qualquer irregularidade, nulidade ou vício no procedimento adotado, tampouco fundamento jurídico apto a ensejar a revisão da desclassificação ou o cancelamento do certame.

DECIDE-SE:

- I – CONHECER** da impugnação apresentada pela empresa B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA, por atender aos requisitos formais de admissibilidade;
- II – NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se íntegra e válida a desclassificação da proposta, por inobservância das disposições expressas do Edital e do Termo de Referência;



III – DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a observância das etapas subsequentes previstas no Edital e na legislação aplicável.

Divinópolis/MG, 07 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br RUAN BRANDAO RAPOSO SIMOES
Data: 07/01/2026 12:53:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ruan Brandão Raposo Simões
Pregoeiro - CIMMVI